

NEOENERGIA  
BRASÍLIA

NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.  
CNPJ nº 07.522.669/0001-92 | Companhia de Capital Fechado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

| DESTAQUES (R\$ MM)                 | 4T22   | 4T21   | Δ %         | 2022  | 2021  | Δ %     |
|------------------------------------|--------|--------|-------------|-------|-------|---------|
| Margem Bruta                       | 228    | 113    | 102%        | 639   | 414   | 54%     |
| EBITDA                             | 138    | 41     | 237%        | 350   | 176   | 99%     |
| Resultado Financeiro               | (8)    | (17)   | (53%)       | (105) | (1)   | 10.400% |
| Lucro Líquido                      | 84     | 5      | 1.580%      | 796   | 81    | 883%    |
| INDICADORES OPERACIONAIS           |        |        |             |       |       |         |
| Energia Injetada (GWh)             | 1.903  | 1.932  | (1,5%)      | 7.494 | 7.704 | (2,7%)  |
| Energia Distribuída (GWh)          | 1.710  | 1.684  | 1,5%        | 6.610 | 6.704 | (1,4%)  |
| Número de Clientes (mil)           | 1.171  | 1.143  | 2,4%        |       |       |         |
| DEC anualizado (horas)             | 6,65   | 8,93   | (2,28)      |       |       |         |
| FEF anualizado (interrupções)      | 5,72   | 7,03   | (1,31)      |       |       |         |
| Perdas de Distribuição (%)         | 11,42% | 12,73% | (1,31 p.p.) |       |       |         |
| Indicadores Financeiros de Dívida¹ |        |        |             |       |       |         |
| Dívida Líquida²/EBITDA³            | 3,26   | 3,16   | 0,10        |       |       |         |
| EBITDA/Resultado Financeiro³       | 3,33   | 176,00 | (172,67)    |       |       |         |

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants  
² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários  
³ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS:

- EBITDA de R\$ 138 milhões no 4T22 (+237% vs. 4T21) e de R\$ 350 milhões em 2022 (+99% vs. 2021), superando o plano de negócios e confirmando o sucesso do turnaround.
- Despesas operacionais de R\$ 82 milhões no trimestre (-4% vs. 4T21) e de R\$ 257 milhões no ano (-9% vs. 2021), reflexo do novo modelo de gestão.
- Lucro Líquido no 4T22 de R\$ 84 milhões (+R\$ 79 milhões vs. 4T21) e de R\$ 796 milhões em 2022 (+R\$ 715 milhões vs. 2021), com impacto positivo da baixa do passivo diferido decorrente da incorporação da Bahia PCH III na Neoenergia Brasília, no montante de R\$ 678 milhões no 3T22.
- R\$ 341 milhões de Capex em 2022.
- Enquadramento regulatório de perdas com antecipação de 2 anos em relação ao plano de negócios. Perdas de 11,42% no 4T22, 8º trimestre consecutivo de redução.
- Enquadramento no DEC regulatório no 4T22 (FEF já enquadrou desde 1T22), a frente do plano de negócios, que previa o enquadramento em 2023.
- Reajuste tarifário com efeito médio para o consumidor, incluindo redução do ICMS, de 11,17% aplicado a partir de 3 de novembro de 2022.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2022 foi marcado pela consolidação da Neoenergia em Brasília e conquista de resultados históricos no Distrito Federal. Orientada por estratégias sustentáveis, mantivemos o elevado volume de investimento no sistema elétrico do DF, nos solidificando com posição estratégica no segmento energético e um propulso local na criação de valor para a sociedade, acionistas, clientes e colaboradores do Distrito Federal. Mantivemos nossos equipes trabalhando em turnos de 24 horas por dia, garantindo o fornecimento contínuo da energia elétrica, com qualidade e segurança para os mais de 1,2 milhões de clientes, mesmo em um cenário tão adverso.

Alinhado à profissionalização, desenvolvimento do mercado local e geração de emprego e renda, concluímos mais 5 turnos de formação de eletricitistas, que adicional ao realizado em 2021, capacitamos 149 novos profissionais ao mercado de trabalho, dos quais 114 foram contratuados, sendo 65 homens e todas as 49 mulheres, ampliando a equidade de gênero também nas áreas técnico-operacionais da empresa. Por meio dos nossos compromissos de ESG, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), está o aumento da presença de mulheres nas atividades de eletricitista, o que estimula a igualdade de gênero, emprego digno e crescimento econômico das regiões onde atuamos.

Mantivemos o nosso compromisso em investimentos robustos na infraestrutura do sistema elétrico do DF, através da expansão, modernização e automação da rede. Nesse sentido, os investimentos em 2022 ultrapassaram 341 MM, cerca de 5x a média histórica anual antes da nossa chegada. Adicionalmente, aumentamos nossa base de clientes em 2,4% com acréscimo de 28 mil clientes.

Investimentos prudentes, associados às ações e estratégias implantadas, tem garantido a melhoria contínua na qualidade do fornecimento de energia elétrica do DF, resultando em indicadores de Duração Equivalente por Cliente (DEC) de 6,65 horas e Frequência Equivalente por cliente (FEF) de 5,72 interrupções, abaixo dos limites regulatórios, atingindo assim o melhor resultado já registrado no Distrito Federal.

Mantendo o foco na satisfação dos nossos clientes, atingimos o melhor resultado de telediagnóstico/Call Center entre as distribuidoras de grande porte do país, além disso expandimos as opções de atendimento presencial com mais 6 novas lojas, atendimento com agência veicular móvel e itinerância regional das cidades.

Continuamos focados em nosso programa de combate a fraude, mantendo a eficiência e o rigor no combate aos furtos e à inadimplência, atingindo um índice de perdas totais 12 meses de 11,42%, abaixo do limite regulatório, resultando numa redução de 1,75% quando comparada com o índice da nossa chegada no DF.

Com nossa estratégia de direcionamento dos investimentos, alinhado à cultura de eficiência de custos e processos, melhoramos a qualidade e mantivemos o equilíbrio nas despesas, atingindo um Lucro Líquido de 796 MM e EBITDA de 350 MM, que representam um incremento de 883% e 99% em relação a 2021, respectivamente.

Como compromisso social, a Neoenergia Brasília regularizou a energia elétrica para 11,5 mil famílias em 2022, totalizando mais de 35 mil famílias desde a chegada no DF, levando desenvolvimento econômico e social a essa parcela da população, além de promover o fornecimento de energia elétrica com qualidade e segurança em todo o Distrito Federal. Destinamos recursos do Programa de Eficiência Energética, regulado pela Anel, para a substituição de 120 mil lâmpadas e 1,3 mil refrigeradores mais eficientes, beneficiando mais de 18 mil consumidores do Distrito Federal. Agradeco a dedicação e empenho de todo o time de colaboradores da Neoenergia Brasília, que além dos resultados históricos atingidos, tem proporcionado uma transformação na vida da sociedade do Distrito Federal. Para 2023, mantemos nosso compromisso no atendimento e fornecimento da energia elétrica com qualidade e segurança a toda a população do DF, valorizando e capacitando nossas pessoas que proporcionam uma melhor experiência e satisfação aos nossos clientes.

Frederico Jacob Candian  
Diretor-Presidente da Neoenergia Brasília

1. A NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. - NEOENERGIA BRASÍLIA

A Neoenergia Brasília detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 33 municípios do Distrito Federal (DF), abrangendo uma área de concessão de 5,8 mil km². É uma Companhia de capital fechado, com 100% do seu capital detido pela Neoenergia.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir. De um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as pressões inflacionárias e a desaceleração econômica geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico.

O Relatório FOCUS do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) bruto praticamente em linha com o anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior.

Os confrontos entre as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia.

Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro.

Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022.

Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com perspectiva de crescimento de 3,1%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%.

O índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic.

Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em 1 de novembro de 2022, a Anel aprovou o reajuste tarifário da Neoenergia Brasília, com efeito médio para o consumidor, que inclui isenções que reduzem a base de cálculo do ICMS, de 11,17% a ser aplicado a partir de 3 de novembro de 2022.

A variação da Parcela A foi de 15,0%, totalizando R\$ 2.062,7 milhões, impactada pelos aumentos de 29,1% nos encargos setoriais, com destaque para CDE e 9,4% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 273,32/MWh, já a variação da Parcela B, foi de 5,2% (R\$ 583,7 milhões), reflexo da inflação acumulada (IPCA) desde o último reajuste de 7,17%, deduzida do Fator X, de 0,57%, bem como de ajustes das deduções aplicadas de Outras Receitas e Receitas de Ultrapassagens de Demanda e Reativos, sem qualquer diferimento para períodos futuros.

O processo de reajuste tarifário havia sido autorizado por 12 dias pela Anel, a pedido da distribuidora Neoenergia Brasília, conforme Resolução Homologatória nº 1.311, de 18 de outubro de 2022, tendo em vista a expectativa de regulamentação pelo Governo do Distrito Federal com orientações para aplicação das isenções do ICMS previstas na Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022. Tal regulamentação se deu mediante a publicação do Decreto do Governo do Distrito Federal nº 43.893, de 27 de outubro de 2022, proporcionando, pelo efeito conjunto do reajuste tarifário com a redução do ICMS, um impacto médio efetivo a ser percebido pelos consumidores de 11,17%.

3.2. Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em 23 de fevereiro, a ANEL publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de marco de 2022 a fevereiro de 2023. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras no período foi de 7,15%, enquanto em 2021 era aproximadamente 7,02%, para as transmissoras e usinas cotistas foi 6,93%, enquanto em 2021 era aproximadamente 6,76%.

Marco Legal Geração Distribuída

Em 7 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.300, que instituiu o marco legal de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD). Fica estabelecido que as unidades que já possuem MMGD e as que aderirem em até 12 meses da publicação dessa lei, permaneceriam com o atual benefício até dezembro de 2045. Para os consumidores que aderissem após 12 meses, foi prevista regra de transição com cobranças parciais progressivas a cada ano até atingir, em 2029, a cobrança integral dos componentes tarifários que visam remunerar as distribuidoras (TUSD Fio B). A complementação durante a transição será realizada através de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Lei Complementar nº 194 - ICMS

Em 23 de junho, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, estabelecendo teto para a alíquota de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O texto limita a incidência do tributo a 18% ao classificar tais serviços como essenciais. Além disso, na sanção presidencial, foi mantida a previsão de não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e seus respectivos encargos.

Atualização dos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias

Por meio da Resolução Homologatória ANEL nº 3.051/2022, publicada em 29 de junho, foram estabelecidos os novos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias para o período de julho de 2022 a junho de 2023. O acréscimo verificado nos valores se deve, entre outros, aos dados do mercado de compra de energia durante o período de escassez hídrica em 2021, ao custo do despacho térmico em razão da alta do custo dos combustíveis e a correção monetária pelo IPCA.

|                     | Verde  | Amarela | Vermelha 1 | Vermelha 2 |
|---------------------|--------|---------|------------|------------|
| Adicional (R\$/MWh) | 18,74  | 18,74   | 39,71      | 94,92      |
| 2022                | 29,89  | 29,89   | 65,00      | 97,95      |
| Var. %              | 59,55% | 59,55%  | 63,73%     | 3,2%       |

Repasses de recursos da CDE

Em 22 de julho, a ANEL divulgou o Despacho nº 1.959, que fixou os valores aportados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pela Eletrobras que deveriam ser repassados às distribuidoras até 29/07/2022. Esse recurso foi repassado à CDE de acordo com comando contido na Lei nº 14.162/2021 (privatização da Eletrobras) que condiciona a concessão de novas outorgas ao pagamento pela Eletrobras ou por suas subsidiárias à CDE, de 50% do valor adicionado a concessão pelos novos contratos. A Neoenergia Brasília recebeu, em 27/07/2022, R\$ 95,72 milhões, que representa cerca de 1,81% do total distribuído.

3.5. Medidas associadas à Covid-19

Admissibilidade de Revisão Tarifária Extraordinária

Em 15 de julho, foi publicado o Despacho nº 1.890/2022 (SGT/ANEL), que reconheceu a admissibilidade dos pleitos de revisão tarifária extraordinária decorrentes da pandemia do Coronavírus de sete concessionárias de distribuição de energia, incluindo a Neoenergia Brasília. Essa etapa de admissibilidade, que verifica o cumprimento dos requisitos para o pleito de RTE Covid, está prevista na regulamentação específica. De acordo com a ANEL, foi aberto processo para análise de mérito dos pedidos. As próximas etapas serão a apresentação de proposta pela área técnica e a abertura de consulta pública.

3.4. Medidas associadas à crise hídrica

Conta Escassez Hídrica

Em 14 de janeiro, foi publicado o Decreto nº 10.939/2022, que autorizou a criação da Conta Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa conta se destinava a receber recursos para cobertura total ou parcial dos custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras, e dos diferimentos estabelecidos em processos tarifários recentes, associados a questões macroeconômicas (inflação, câmbio e alta do preço internacional dos combustíveis). Em 18 de março, a ANEL definiu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta e em maio houve a liberação de R\$ 41,18 milhões para a Neoenergia Brasília.

Fin da Bandeira Escassez Hídrica

Em abril, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu que a partir de 16 de abril, seria finalizada a cobrança da Bandeira Escassez Hídrica. Esta criada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) para cobrir os custos adicionais de enfrentamento da escassez hídrica.

3.5. Liberalização do Mercado

Em 28 de setembro, foi publicada a Portaria nº 500K/MME, estabelecendo que a partir de 01/01/2024 os consumidores do Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissário ou autorizado de energia elétrica do SIN, sendo que, para aqueles com carga individual inferior a 500kW, fica estabelecida a obrigatoriedade de representação por agente varejista perante a CCEE.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2022 com 1.171 mil consumidores, incremento de 28 mil novos consumidores vs. 2021 (+2,4%).

| NEOENERGIA                        |       | Participação no Total % |        | 2022 / 2021 |      |      |         |
|-----------------------------------|-------|-------------------------|--------|-------------|------|------|---------|
| BRASILIA                          |       | 2022                    | 2021   | 2022        | 2021 | Dif. | %       |
| Número de Consumidores (milhares) |       |                         |        |             |      |      |         |
| Residencial                       | 1.034 | 1.006                   | 88,3%  | 88,0%       |      | 28   | 2,8%    |
| Industrial                        | 1     | 1                       | 0,1%   | 0,1%        |      | -    | -       |
| Comercial                         | 119   | 118                     | 10,2%  | 10,4%       |      | 1    | 0,8%    |
| Rural                             | 10    | 11                      | 0,9%   | 0,9%        |      | -    | (9,1%)  |
| Outros                            | 6     | 7                       | 0,5%   | 0,6%        |      | -    | (14,3%) |
| Total                             | 1.171 | 1.143                   | 100,0% | 100,0%      |      | 28   | 2,4%    |

4.2. Evolução do Mercado

| Participação no Total %                  |             | 4T22 / 4T21 | Participação no Total % |             | 2022 / 2021  |
|------------------------------------------|-------------|-------------|-------------------------|-------------|--------------|
| Energia Distribuída (GWh)                | 4T22 4T21   | Dif. %      | 2022 2021               | Dif. %      | %            |
| Residencial                              | 641 619     | 46,3% 45,1% | 2,448 2,458             | 45,4% 45,7% | (10) (0,4%)  |
| Industrial                               | 10 15       | 0,7% 1,1%   | 42 63                   | 0,8% 1,2%   | (21) (33,3%) |
| Comercial                                | 378 402     | 27,3% 29,3% | 1,466 1,494             | 27,2% 27,8% | (28) (1,9%)  |
| Rural                                    | 319 40      | 2,8% 2,9%   | 1,1 152                 | 2,7% 2,8%   | (8) (5,3%)   |
| Outros                                   | 316 295     | 22,8% 21,5% | 1,290 1,216             | 23,9% 22,6% | 74 6,1%      |
| Total Energia Distribuída (cativa)       | 1.385 1.371 | 81% 81%     | 5.390 5.382             | 82% 80%     | 8 0,1%       |
| Mercado Livre                            | 325 313     | 19,0% 18,6% | 1,220 1,322             | 18,5% 19,7% | (102) (7,7%) |
| Total Energia Distribuída (cativa+livre) | 1.710 1.684 | 100% 100%   | 6.610 6.704             | 100% 100%   | (94) (1,4%)  |

A energia distribuída (cativa + livre) foi de 1.710 GWh no 4T22 (+1,5% vs. 4T21), influenciada pelo aumento da base de clientes (+2,4%) e do menor volume de chuvas no período. No ano foi de 6.610 GWh (-1,4% vs. 2021), por menor temperatura.

O consumo residencial apresentou crescimento de +3,6% no 4T22 vs. 4T21, em razão do menor volume de chuvas no período, e queda de 0,4% em 2022 vs. 2021.

O segmento cativo da classe industrial apresentou uma redução de 3,3% no trimestre e no ano. Entretanto, ao se incorporar o desempenho desta classe aos consumidores livres,apura-se crescimento de 2,4% no trimestre e queda de 8,9% em 2022, explicada, principalmente, pelo pior desempenho do setor de construção civil.

A classe comercial cativa apresentou queda de 6,0% no trimestre e de 1,9% no ano, em função das menores temperaturas.

A classe rural apresentou queda de 2,5% no trimestre e 5,3% no ano, pelas maiores chuvas.

As outras classes apresentaram acréscimo de 7,1% no trimestre e de 6,1% em 2022, com destaque para o maior consumo do Poder Público.

4.3. Balanceamento Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 1.903 GWh no 4T22 (+1,5% vs. 4T21) e de 7.494 GWh em 2022 (-2,7% vs. 2021), impactada pela geração distribuída, menor intercâmbio de fronteira com outras distribuidoras e menor temperatura no trimestre.

| BALANÇO ENERGÉTICO (GWH)               | 4T22  | 4T21  | 4T22 x 4T21 | 2022  | 2021  | 2022 x 2021 |
|----------------------------------------|-------|-------|-------------|-------|-------|-------------|
|                                        |       |       | Dif. %      |       |       | Dif. %      |
| Mercado Cativo                         | 1.385 | 1.371 | 14          | 5.390 | 5.382 | 8           |
| Mercado Livre + Suprimento             | 325   | 313   | 12          | 1.220 | 1.322 | (102)       |
| Energia Distribuída (A)                | 1.710 | 1.684 | 26          | 6.610 | 6.704 | (94)        |
| Energia Distribuída (B)                | 218   | 222   | (4)         | 888   | 941   | (52)        |
| Não Perdurado (C)                      | (25)  | 26    | (51)        | N/A   | (4)   | 59          |
| Energia injetada (D) = (A) + (B) + (C) | 1.903 | 1.932 | (29)        | 7.494 | 7.704 | (210)       |

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses.

| Perdas 12 meses (%) |        | Perda Não Técnica |       | Perda Total |       | Anel 22 |        |
|---------------------|--------|-------------------|-------|-------------|-------|---------|--------|
| 4T21                | 11,42% | 7,48%             | 7,63% | 7,77%       | 8,04% | 8,22%   | 11,78% |
| 4T22                | 11,42% | 5,25%             | 5,02% | 4,63%       | 4,14% | 3,21%   | 11,78% |
| 4T21                | 11,42% | 7,48%             | 7,63% | 7,77%       | 8,04% | 8,22%   | 11,78% |
| 4T22                | 11,42% | 5,25%             | 5,02% | 4,63%       | 4,14% | 3,21%   | 11,78% |
| 4T21                | 11,42% | 7,48%             | 7,63% | 7,77%       | 8,04% | 8,22%   | 11,78% |
| 4T22                | 11,42% | 5,25%             | 5,02% | 4,63%       | 4,14% | 3,21%   | 11,78% |

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva. A tabela no 4T22, 3T22 e 4T22 normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEL 1000/2021.

A partir do 4T22, as perdas foram afetadas pela Resolução Normativa ANEL 1000/2021, que ampliou o prazo de ampla defesa, aumentando assim o prazo entre a inspeção e a emissão da fatura, o que aumenta o não faturado, afetando o indicador de perdas. Esse efeito é temporário e será carregado na visão 12 meses. Ademais, não há impacto no Resultado Econômico da Companhia.

O processo de reajuste tarifário havia sido autorizado por 12 dias pela Anel, a pedido da distribuidora Neoenergia Brasília, conforme Resolução Homologatória nº 1.311, de 18 de outubro de 2022, tendo em vista a expectativa de regulamentação pelo Governo do Distrito Federal com orientações para aplicação das isenções do ICMS previstas na Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022. Tal regulamentação se deu mediante a publicação do Decreto do Governo do Distrito Federal nº 43.893, de 27 de outubro de 2022, proporcionando, pelo efeito conjunto do reajuste tarifário com a redução do ICMS, um impacto médio efetivo a ser percebido pelos consumidores de 11,17%.

3.2. Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em 23 de fevereiro, a ANEL publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de marco de 2022 a fevereiro de 2023. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras no período foi de 7,15%, enquanto em 2021 era aproximadamente 7,02%, para as transmissoras e usinas cotistas foi 6,93%, enquanto em 2021 era aproximadamente 6,76%.

Marco Legal Geração Distribuída

Em 7 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.300, que instituiu o marco legal de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD). Fica estabelecido que as unidades que já possuem MMGD e as que aderirem em até 12 meses da publicação dessa lei, permaneceriam com o atual benefício até dezembro de 2045. Para os consumidores que aderissem após 12 meses, foi prevista regra de transição com cobranças parciais progressivas a cada ano até atingir, em 2029, a cobrança integral dos componentes tarifários que visam remunerar as distribuidoras (TUSD Fio B). A complementação durante a transição será realizada através de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Lei Complementar nº 194 - ICMS

Em 23 de junho, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, estabelecendo teto para a alíquota de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O texto limita a incidência do tributo a 18% ao classificar tais serviços como essenciais. Além disso, na sanção presidencial, foi mantida a previsão de não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e seus respectivos encargos.

(i) Realização de mais de 97 mil inspeções em unidades consumidoras, recuperando mais de 88 GWh;

(ii) Regularização de mais de 10 mil ligações clandestinas;

(iii) Substituição de mais de 21 mil medidores de energia obsoletos por equipamentos mais modernos; e

(iv) Realização de 15 ações de combate ao furto de energia com apoio policial.

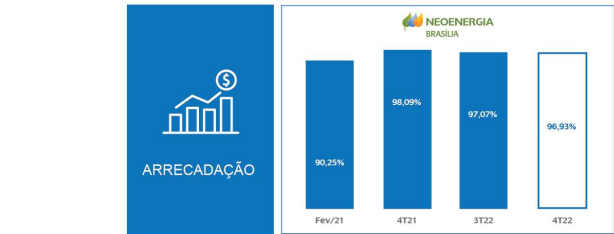




CNPJ nº 07.522.669/0001-92 | Companhia de Capital Fechado

#### 4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e pela eficácia das ações de cobrança da Companhia. O gráfico abaixo retrata o índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres e a expressiva melhora desde o início da gestão Neoenergia.



A arrecadação no 4T22 segue em patamares elevados, atingindo 96,93% no trimestre.

| PECLD/ ROB          | 4T21    | 1T22    | 2T22  | 3T22  | 4T22  | 4T22 x 4T21 | 2022    | 2021    | Var.     | Limite Regulatório |
|---------------------|---------|---------|-------|-------|-------|-------------|---------|---------|----------|--------------------|
| NEOENERGIA BRASILIA | ROB     | 1.246   | 1.225 | 1.092 | 942   | 1.122       | (9,97%) | 4.381   | 4.197    | 4,38%              |
| PECLD               | (14)    | (1)     | 2     | 15    | 9     | N/A         | 24      | (36)    | N/A      | 25                 |
| Inadimplência       | (1,16%) | (0,10%) | 0,16% | 1,58% | 0,76% | 1,92p.p.    | 0,55%   | (0,86%) | 1,41p.p. | 0,56%              |

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária. No 4T22 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação;

(i) Realização de 31,7 mil suspensões de fornecimento nos clientes comerciais e industriais;

(ii) Acompanhamentos de 12,6 mil instalações de clientes que sofreram a suspensão do fornecimento e não solicitaram a taxa de religação;

(iii) Negativações de 190 mil consumidores ligados ao SPC, Serasa Experian e Boa Vista;

(iv) Protesto de 236 títulos através dos cartórios;

(v) 864 mil cobranças terceirizadas através das assessorias de cobrança;

(vi) 4,3 milhões de cobranças telefônicas através de SMS e URA;

(vii) 2,8 milhões de cobranças por e-mail;

(viii) Ações sistêmáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público;

(ix) Utilização de novas tecnologias possibilitando pagamento das faturas de energia por meio do cartão de débito e crédito;

(x) Realização de campanha de negociação para dívidas superiores a R\$180 dias.

4.6. DEC e FEC (12 meses)

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Brasília superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição. Destaque para o enquadramento do DEC neste trimestre e do FEC desde o 1T22. Vale lembrar que no plano de negócios da aquisição, esses indicadores tinham previsão de enquadramento para 2023.



NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva.

#### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| DRE (R\$ MM)                        | 4T22  | 4T21  | Variação |        | 2022    | 2021    | Variação |         |
|-------------------------------------|-------|-------|----------|--------|---------|---------|----------|---------|
|                                     |       |       | R\$      | %      |         |         | R\$      | %       |
| Receita Líquida                     | 943   | 1.107 | (164)    | (15%)  | 3.345   | 3.748   | (403)    | (11%)   |
| Custos com Energia                  | (717) | (975) | 258      | (26%)  | (2.715) | (3.329) | 614      | (18%)   |
| Margem Bruta s/ VNR                 | 226   | 132   | 94       | 71%    | 630     | 419     | 211      | 50%     |
| Ativo Financeiro da Concessão (VNR) | 2     | (19)  | 21       | N/A    | 9       | (5)     | 14       | N/A     |
| Margem Bruta                        | 228   | 113   | 115      | 102%   | 639     | 414     | 225      | 54%     |
| Despesa Operacional                 | (82)  | (85)  | 3        | (4%)   | (257)   | (283)   | 26       | (9%)    |
| PECLD                               | (8)   | 13    | (21)     | N/A    | (32)    | 45      | (77)     | N/A     |
| EBITDA                              | 138   | 41    | 97       | 237%   | 350     | 176     | 174      | 99%     |
| Depreciação                         | (45)  | (16)  | (29)     | 181%   | (103)   | (57)    | (46)     | 81%     |
| Resultado Financeiro                | (8)   | (17)  | 9        | (53%)  | (105)   | (1)     | (104)    | 10.400% |
| IR CS                               | (1)   | (3)   | 2        | (67%)  | 654     | (37)    | 691      | N/A     |
| LUCRO LÍQUIDO                       | 84    | 5     | 79       | 1.580% | 796     | 81      | 715      | 883%    |

A Neoenergia Brasília encerrou o 4T22 com Margem Bruta de R\$ 228 milhões (+102% vs. 4T21) e de R\$ 639 milhões no ano (+54% vs. 2021), em razão, principalmente, do aumento médio de 1,1% da revisão tarifária de outubro/21, do reajuste tarifário de novembro/22 (variação da parcela R+ 5,2%) e pelo incremento da base de clientes.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 82 milhões no trimestre (-4% vs. 4T21) e R\$ 257 milhões no ano (-9% vs. 2021), reflexo do turnaround realizado que proporcionou ganhos de eficiência por fazer parte do Grupo Neoenergia.

No trimestre, a PECLD foi de R\$ 8 milhões, R\$ 21 milhões acima do 4T21 e de R\$ 32 milhões em 2022, acima em R\$ 77 milhões vs. 2021, explicada por reversões ocorridas no ano anterior em função da adequação da metodologia já praticada pelo grupo Neoenergia. Vale destacar que anteriormente, a CEB-D tinha uma política de provisionar uma elevada parcela do saldo devedor não pago, haja vista que ficou praticamente um ano sem ações de cobrança, a adequação a metodologia da Neoenergia permitiu os atuais patamares de PECLD. Importante ressaltar que a Companhia encerrou o ano com o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) em 0,55%, ficando enquadramento no Limite regulatório de 0,56%. O EBITDA no trimestre foi de R\$ 138 milhões (+237% vs. 4T21) e em 2022 foi de R\$ 350 milhões (+99% vs. 2021). O EBITDA caixa (ex-VNR) foi de R\$ 136 milhões no 4T22 (+127% vs. 4T21) e R\$ 341 milhões em 2022 (+488% vs. 2021), superando o plano de negócios.

O resultado do IR/CS do ano foi de - R\$ 654 milhões, vs. -R\$ 37 milhões em 2021, devido à baixa do saldo não amortizado do passivo fiscal diferido no montante de R\$ 656 milhões e à constituição de ativo fiscal diferido referente à parcela amortizada do ágio pela Bahia PCH III no montante de R\$ 22 milhões, totalizando o reconhecimento do efeito positivo de R\$ 678 milhões com a efetivação da incorporação da Bahia PCH III pela Neoenergia Brasília consequentemente a transferência do controle societário direto da Neoenergia Brasília para a Neoenergia S.A..

O Lucro Líquido no 4T22 foi de R\$ 84 milhões (+R\$ 79 milhões vs. 4T21) e de R\$ 796 milhões em 2022 (+R\$ 715 milhões vs. 2021).

#### 5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Resolução CMV nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA), complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

| EBITDA (R\$ MM)                            | 4T22 | 4T21 | Variação |        | 2022  | 2021 | Variação |      |
|--------------------------------------------|------|------|----------|--------|-------|------|----------|------|
|                                            |      |      | R\$      | %      |       |      | R\$      | %    |
| Lucro líquido do período (A)               | 84   | 5    | 79       | 1.580% | 796   | 81   | 715      | 883% |
| Despesas financeiras (B)                   | (50) | (25) | (25)     | 100%   | (175) | (75) | (100)    | 133% |
| Receitas financeiras (C)                   | 58   | 11   | 47       | 427%   | 129   | 80   | 49       | 61%  |
| Outros resultados financeiros líquidos (D) | (16) | (3)  | (13)     | 433%   | (59)  | (6)  | (53)     | 883% |
| Imposto de renda e contribuição social (E) | (1)  | (3)  | 2        | (67%)  | 654   | (37) | 691      | N/A  |
| Depreciação e Amortização (F)              | (45) | (16) | (29)     | 181%   | (103) | (57) | (46)     | 81%  |
| EBITDA = A + (B-C) + D + E + F             | 138  | 41   | 97       | 237%   | 350   | 176  | 174      | 99%  |

#### 5.2. Resultado Financeiro

| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)                                              | 4T22 | 4T21 | Variação |        | 2022  | 2021 | Variação |         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------|------|----------|--------|-------|------|----------|---------|
|                                                                                            |      |      | R\$      | %      |       |      | R\$      | %       |
| Renda de aplicações financeiras                                                            | 12   | 5    | 7        | 140%   | 52    | 9    | 43       | 478%    |
| Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida | (48) | (18) | (30)     | 167%   | (157) | (34) | (123)    | 362%    |
| Outros resultados financeiros não relacionados a dívida                                    | 28   | (4)  | 32       | N/A    | -     | 24   | (24)     | (100%)  |
| Juros, comissões e acréscimo moratório                                                     | 5    | 5    | -        | (1)    | 39    | 71   | (32)     | (45%)   |
| Variações monetárias e cambiais - outros                                                   | -    | 1    | (1)      | (100%) | (1)   | 2    | (3)      | N/A     |
| Atualização provisão para contingências/depositos judiciais                                | (5)  | (6)  | 1        | 17%    | (10)  | (9)  | (1)      | 11%     |
| Atualização do ativo/passivo financeiro setorial                                           | 32   | 9    | 23       | 256%   | 30    | 3    | 27       | 900%    |
| Obrigações pós emprego                                                                     | (1)  | (4)  | 3        | (75%)  | (9)   | (13) | 4        | (31%)   |
| Outras receitas (despesas) financeiras líquidas                                            | (3)  | (9)  | 6        | (67%)  | (49)  | (30) | (19)     | 63%     |
| Total                                                                                      | (8)  | (17) | 9        | (53%)  | (105) | (1)  | (104)    | 10.400% |

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 8 milhões no 4T22 (vs. -R\$ 17 milhões no 4T21) e de -R\$ 105 milhões em 2022 (vs. -R\$ 1 milhão em 2021) explicada, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida (+R\$ 30 milhões no trimestre e +R\$ 123 milhões no ano) devido ao aumento do CDI no período (100% do endividamento está atrelado ao índice).

#### 6. INVESTIMENTOS

Em 2022, o CAPEX da Neoenergia Brasília foi de R\$ 341 milhões, conforme tabela abaixo:

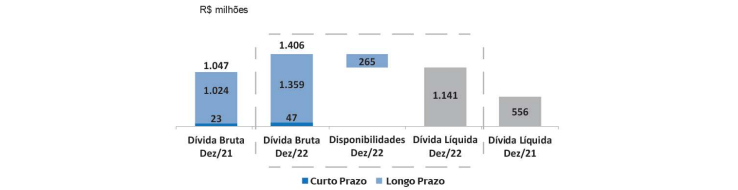
| INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM) | 4T22  | 2022  |     |
|----------------------------------------------|-------|-------|-----|
| Expansão de Rede                             | (25)  | (88)  | 23% |
| Novas Ligações                               | (7)   | (26)  |     |
| Novas SE's e RD's                            | (18)  | (62)  |     |
| Renovação de Ativos                          | (25)  | (59)  | 17% |
| Melhoria da Rede                             | (6)   | (78)  | 23% |
| Perdas e Inadimplência                       | (5)   | (32)  | 9%  |
| Outros                                       | (50)  | (94)  | 27% |
| Movimentação Material (Estoque x Obra)       | 16    | (8)   |     |
| (-) Investimento Bruto                       | (96)  | (359) |     |
| SUBVENÇÕES                                   | 2     | 10    |     |
| (-) Investimento Líquido                     | (94)  | (350) |     |
| Movimentação Material (Estoque x Obra)       | (16)  | 8     |     |
| (-) CAPEX                                    | (110) | (341) |     |
| Base de Anuidade Regulatória                 | (50)  | (94)  | 27% |
| Base de Remuneração Regulatória              | (62)  | (257) | 73% |

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a comunidade.

#### 7. ESTRUTURA DE CAPITAL

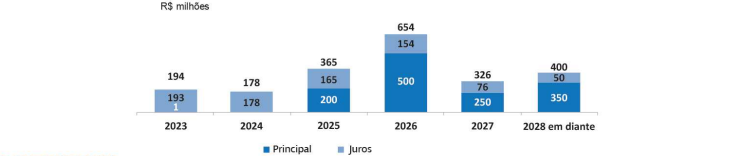
##### 7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2022, a dívida líquida da Neoenergia Brasília, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 1.141 milhões (dívida bruta de R\$ 1.406 milhões), apresentando crescimento de 105% (R\$ 585 milhões) em relação a dezembro de 2021. Em relação a segregação do saldo devedor, 97% da dívida está contabilizada no longo prazo e 3% no curto prazo.



##### 7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indicadores e médias atrelados ao endividamento vigente em 31 de dezembro de 2022.



#### 8. OUTROS TEMAS

##### 8.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizada por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

|              | Número de Consumidores Residenciais (Em milhares) | 4T22  | 4T21  | 4T22 / 4T21 |        |
|--------------|---------------------------------------------------|-------|-------|-------------|--------|
|              |                                                   |       |       | Dif.        | %      |
| Convencional |                                                   | 961   | 969   | (8)         | (0,8%) |
| Baixa Renda  |                                                   | 73    | 37    | 36          | 98,6%  |
| Total        |                                                   | 1.034 | 1.006 | 28          | 2,8%   |

##### 8.2. Práticas de Gestão

###### 8.2.1. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, permitindo o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Brasília reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujos desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, abaixo permissionarizado.

**Conselho de Administração**

Integrado por sete representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem ordinariamente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou secretário.

**Diretoria**

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e prevenção/ execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

###### 8.2.2. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Estrutura Política de Recursos Humanos que tem o objetivo de definir, elaborar e difundir um modelo de gestão de recursos humanos que permita atrair, impulsionar, fidelizar e reter o talento. Também é finalidade fomentar o crescimento pessoal e profissional dos empregados do grupo, tornando-os participantes de seus projetos de sucesso empresarial e garantindo um trabalho digno e seguro, em um ambiente diversificado e inclusivo.

Ao longo de 2022, o Grupo Neoenergia continuou investindo em formação, viabilizando a realização de 1.369.545,83 horas de formação, ultrapassando em 4,7% o ano anterior. Nosso ganho foi maior pois ampliamos a possibilidade de aprendizagem interna reforçando os canais digitais e online, além de enfatizar para desenvolvimento de educadores internos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Elettricistas, formando 723 eletricitas. Esse ano, possuímos em nosso quadro 375 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Saúde e Segurança, Diversidade, Cibersegurança, Ética. Foco no Cliente e Sustentabilidade foram os temas que fizeram parte da agenda Neoenergia. Cada um destes temas teve um mês de atividades voltadas para discussão através de palestras realizadas online e aberta para todos os colaboradores. Falou-se sobre autocuidado, ética e inovação, engenharia social e golpes no whatsapp, finanças sustentáveis, mercado de carbono, empregabilidade diversa e vários outros que foram tratados ao longo do ano, reforçando a cultura e o compromisso da Neoenergia com as metas ESG.

Para o tema Voluntariado, em 2022, o Programa registrou 3.234 participações voluntárias engajadas em 35 oportunidades em todo o país, abrangendo todas as empresas. Alguns destaques:

- Arrecadação de mais de 150 mil unidades de absorventes femininos;
- Ensino de Profissões (palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para os jovens): aconteceu em cinco estados impactando mais de 700 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 23 mil peças para 64 instituições beneficiárias;
- Operação quilo: doação de mais de 28 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 96 ONGs beneficiárias;
- Dia Internacional do Voluntariado IBERDROLA: em 2022, marcado pelo retorno das atividades presenciais, contando com 2.065 participações de colaboradores em todas as empresas da Neoenergia, mais de 14 ONGs e 2 mil pessoas foram impactadas direta e indiretamente. Outra ação voluntária foi o Esporte Solidário, pelo qual os colaboradores da Neoenergia utilizaram um aplicativo de celular para registrar caminhadas, corridas e pedaladas, alcançando mais de 12 mil quilômetros, que foram convertidos em doações de 600 pares de tênis para cinco instituições que atendem crianças e jovens nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Na atividade "Eu cuido do meu quadrado", os voluntários fizeram ações de limpeza com sua família nas proximidades de casa, recolhendo mais de 1,5 tonelada de lixo das ruas;
- Montagem de Skate: Durante a Convenção de Líderes, mais de 100 líderes mostraram energia máxima na montagem de 50 skates que foram doados para crianças e jovens da instituição Esporte e Vida;
- Árvore da Solidariedade: A campanha tradicional de Natal aconteceu na Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, onde os voluntários se mobilizaram e entregaram mais de 2.495 presentes para crianças atendidas em cerca de 35 ONGs das áreas de concessão.

Em 2022, adotamos o trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

2022 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. É gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Neoenergia. E com essa mesma força e determinação seguiremos em 2023.















estrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo, além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scheduling Factor* ("GSF" de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

#### 4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

|                                                                 | GWh          |              | R\$            |                |
|-----------------------------------------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
|                                                                 | 2022         | 2021         | 2022           | 2021           |
| <b>Compra para revenda</b>                                      |              |              |                |                |
| Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1) | 2.623        | 1.818        | (468)          | (890)          |
| Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)            | -            | -            | (33)           | (40)           |
| Energia curto prazo - PLD e MRE (3)                             | -            | -            | 102            | (68)           |
| Contratos por cotas de geração física                           | 1.684        | 1.709        | (215)          | (215)          |
| Energia adquirida contrato bilateral                            | 1.935        | 1.929        | (724)          | (607)          |
| Energia Itaipu                                                  | 1.301        | 1.279        | (377)          | (453)          |
| Cotas das Usinas Angra I e Angra II                             | 243          | 244          | (84)           | (62)           |
| Outros                                                          | 126          | 132          | (75)           | (50)           |
| <b>Subtotal</b>                                                 | <b>7.912</b> | <b>7.213</b> | <b>(2.044)</b> | <b>(1.612)</b> |
| Créditos de PIS e COFINS                                        | -            | -            | 286            | 232            |
| <b>Total</b>                                                    | <b>7.912</b> | <b>7.213</b> | <b>(1.858)</b> | <b>(2.380)</b> |

|                                                                   | GWh            |                | R\$            |                |
|-------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                                                                   | 2022           | 2021           | 2022           | 2021           |
| <b>Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão</b> |                |                |                |                |
| Encargos de rede básica                                           | (357)          | (332)          | (337)          | (322)          |
| Encargos de transporte Itaipu                                     | (36)           | (36)           | (11)           | (12)           |
| Encargos de conexão                                               | (11)           | (12)           | (74)           | (339)          |
| Encargo do Serviço do Sistema - ESS (4)                           | (90)           | 21             | (50)           | 21             |
| Encargo de Energia de Reserva - EER (5)                           | (466)          | (689)          | (496)          | (643)          |
| <b>Subtotal</b>                                                   | <b>(1.059)</b> | <b>(1.152)</b> | <b>(1.059)</b> | <b>(1.152)</b> |
| Créditos de PIS e COFINS                                          | -              | -              | 46             | 46             |
| <b>Total</b>                                                      | <b>(1.059)</b> | <b>(1.152)</b> | <b>(1.013)</b> | <b>(1.106)</b> |

**PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.**  
MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.  
(1) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável incorrida diretamente pelo PLD, em virtude da redução de custos de usinas térmicas; (2) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condiomínio Virtual; (3) Redução decorrente da equalização do PLD em 2022 gerando menos excedente em relação ao que houve compra de energia no MCP (Déficit); (4) Redução dos Custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável no período de fevereiro a junho/2022 e outubro a dezembro/2022, o que equivale a 10 meses; e (5) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

#### 5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

|                                | 2022         | 2021         |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Pessoal                        | (36)         | (24)         |
| Material                       | (236)        | (185)        |
| Serviços de terceiros          | (96)         | (94)         |
| Juros sobre obras em andamento | (4)          | (1)          |
| Outros                         | (5)          | (1)          |
| (-) Obrigações especiais       | 16           | -            |
| <b>Total</b>                   | <b>(361)</b> | <b>(306)</b> |

#### 6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

|                                                 | 2022               |                     | 2021                                              |              |
|-------------------------------------------------|--------------------|---------------------|---------------------------------------------------|--------------|
|                                                 | Custos de operação | Despesas com vendas | Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas | Total        |
| <b>Custos/Despesas</b>                          |                    |                     |                                                   |              |
| Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)    | (33)               | (21)                | (107)                                             | (161)        |
| Administradores                                 | (1)                | (1)                 | (2)                                               | (3)          |
| Serviços de terceiros (nota 6.2)                | (63)               | (69)                | (48)                                              | (180)        |
| Depreciação e amortização (nota 6.3)            | (55)               | (4)                 | (44)                                              | (103)        |
| Impostos, taxas e contribuições                 | -                  | -                   | (2)                                               | (2)          |
| Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4) | (15)               | 20                  | (8)                                               | (3)          |
| <b>Total</b>                                    | <b>(166)</b>       | <b>(75)</b>         | <b>(211)</b>                                      | <b>(452)</b> |

|                                                 | 2021               |                     | 2020                                              |              |
|-------------------------------------------------|--------------------|---------------------|---------------------------------------------------|--------------|
|                                                 | Custos de operação | Despesas com vendas | Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas | Total        |
| <b>Custos/Despesas</b>                          |                    |                     |                                                   |              |
| Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)    | (74)               | (38)                | (67)                                              | (179)        |
| Administradores                                 | -                  | (1)                 | (1)                                               | (2)          |
| Serviços de terceiros (nota 6.2)                | (37)               | (66)                | (55)                                              | (158)        |
| Depreciação e amortização (nota 6.3)            | (40)               | (6)                 | (11)                                              | (57)         |
| Provisão para processos judiciais               | -                  | -                   | (16)                                              | (16)         |
| Impostos, taxas e contribuições                 | -                  | -                   | (2)                                               | (2)          |
| Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4) | 13                 | 6                   | -                                                 | 19           |
| <b>Total</b>                                    | <b>(138)</b>       | <b>(105)</b>        | <b>(152)</b>                                      | <b>(395)</b> |

#### 6.1. Pessoal e benefícios a empregados:

|                                        | 2022         | 2021         |
|----------------------------------------|--------------|--------------|
| Remunerações                           | (74)         | (63)         |
| Encargos sociais                       | (32)         | (30)         |
| Auxílio alimentação                    | (16)         | (15)         |
| Convênio assistencial e benefícios (1) | (13)         | (12)         |
| Rescisões                              | (19)         | (12)         |
| Provisão para férias e 13º salário     | (22)         | (23)         |
| Plano de saúde                         | (27)         | (16)         |
| Participação nos resultados            | (13)         | (6)          |
| Provisão para processos judiciais      | 36           | 25           |
| <b>Total</b>                           | <b>(161)</b> | <b>(179)</b> |

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

(2) Transferências do custo de mão de obra própria para projetos.

#### 6.2. Serviços de Terceiros

|                                                                         | 2022  | 2021  |
|-------------------------------------------------------------------------|-------|-------|
| Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica | (8)   | (25)  |
| Agente arrecadador e credenciado                                        | (9)   | (9)   |
| Corte, ligação e religação                                              | (6)   | (6)   |
| Atendimento e teletendimento                                            | (20)  | (16)  |
| Serviços técnicos e manutenções                                         | (49)  | (49)  |
| Poda de árvore e limpeza de faixa                                       | (19)  | (4)   |
| Cobrança administrativa e negociação                                    | (2)   | (2)   |
| Tecnologia da informação                                                | (12)  | (19)  |
| Serviços jurídicos                                                      | (2)   | (2)   |
| Consultoria e auditoria                                                 | (2)   | (6)   |
| Comunicação                                                             | (2)   | (1)   |
| Vigilância                                                              | (1)   | (2)   |
| (-) Crédito PIS e COFINS                                                | (21)  | (17)  |
| Outros serviços                                                         | (180) | (158) |

#### 6.3. Depreciação e amortização

|                                               | 2022         | 2021        |
|-----------------------------------------------|--------------|-------------|
| Quota de depreciação e amortização            | (102)        | (62)        |
| Baixa do valor residual de ativos intangíveis | (17)         | (23)        |
| <b>Subtotal</b>                               | <b>(109)</b> | <b>(62)</b> |
| (-) Crédito PIS/COFINS                        | 6            | 5           |
| <b>Total</b>                                  | <b>(103)</b> | <b>(57)</b> |

#### 6.4. Outras receitas e despesas, líquidas

|                                                | 2022       | 2021      |
|------------------------------------------------|------------|-----------|
| Seguros                                        | (2)        | (2)       |
| Recuperação de despesa                         | 3          | -         |
| Órgãos de classe do Setor Elétrico             | (1)        | (1)       |
| Propaganda e publicidade                       | (6)        | (3)       |
| Multa por inadimplência/contratual             | 21         | -         |
| Perdas/alienação/desativação/valor recuperável | (3)        | 35        |
| Indenização danos elétricos                    | (4)        | (1)       |
| Material                                       | (7)        | (8)       |
| Outros                                         | (4)        | (5)       |
| <b>Total</b>                                   | <b>(3)</b> | <b>19</b> |

#### 7. RESULTADO FINANCEIRO

##### Receitas Financeiras

|                                                                |      |     |
|----------------------------------------------------------------|------|-----|
| Receita de aplicações financeiras                              | 52   | (9) |
| (-) Tributos sobre receita financeira                          | (10) | (4) |
| Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos | 39   | 71  |
| Atualização de depósitos judiciais                             | 30   | 3   |
| Atualização do ativo financeiro setorial                       | 14   | 1   |
| Outras receitas financeiras                                    | 129  | 80  |

##### Despesas Financeiras

|                                                   |      |      |
|---------------------------------------------------|------|------|
| Encargos sobre instrumentos de dívida (1)         | (99) | (26) |
| Benefícios pós-emprego e outros benefícios        | (9)  | (13) |
| Atualização de provisões para processos judiciais | (14) | (9)  |
| Outras despesas financeiras (2)                   | (53) | (27) |

##### Outros resultados financeiros, líquidos

|                                                                           |       |      |
|---------------------------------------------------------------------------|-------|------|
| Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 c) | (85)  | (23) |
| Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 c) | 117   | 27   |
| Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 b) (3)         | (175) | (35) |
| Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 b) (3)         | 85    | 23   |
| Perdas com variações cambiais e monetárias                                | (3)   | 2    |
| Ganhos com variações cambiais e monetárias                                | 2     | 2    |

##### Resultado financeiro líquido

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento no volume da dívida. (2) Refere-se, principalmente, à amortização da cobrança de fee pelos avisos dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras da Companhia. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia e atualização do passivo a devolver ao consumidor da base de exclusão do ICMS sobre PIS e COFINS; e (3) Redução do euro e do dólar em comparação aos doze meses do ano passado, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente despesa nos derivativos.

#### 8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

**8.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **8.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

|                                                                   | 2022        | 2021        |
|-------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| <b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>                     | <b>142</b>  | <b>118</b>  |
| <b>Tributos sobre o lucro, as alíquotas da legislação - 34%</b>   | <b>(48)</b> | <b>(40)</b> |
| <b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b> |             |             |
| Agio por rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> )                 | 674         | -           |
| Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos            | 21          | (1)         |
| Benefícios fiscais (2)                                            | (30)        | -           |
| Outras adições permanentes                                        | 2           | -           |
| <b>Tributos sobre o lucro</b>                                     | <b>654</b>  | <b>(37)</b> |

##### Alíquota efetiva

|          | 2022 | 2021 |
|----------|------|------|
| Corrente | (5)  | (11) |
| Diferido | 659  | 26   |

**8.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

|                                                       | 2022       | 2021       |
|-------------------------------------------------------|------------|------------|
| Prejuízo fiscal (inclui base negativa)                | 167        | 169        |
| <b>Diferenças temporárias:</b>                        |            |            |
| Agio por rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> ) (*) | 224        | 21         |
| Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego     | 17         | 20         |
| Provisão para processos judiciais (*)                 | 55         | 38         |
| Perdas estimadas de créditos - contas a receber       | 38         | 36         |
| Arrendamentos capitalizados                           | 1          | 2          |
| Mais-valia realizada antes da incorporação a PLR      | 21         | 4          |
| Valor justo de ativos financeiros indenizáveis        | (36)       | (25)       |
| Valor justo de instrumentos financeiros               | 21         | 40         |
| Outros                                                | 150        | 163        |
| <b>Total ativo não circulante</b>                     | <b>662</b> | <b>403</b> |

(\*) Os impactos no diferido correspondem a incorporação da Bahia PCH III, no montante de R\$ 269, sendo R\$ 19 sobre a provisão para contingências; R\$ 228 *Goodwill*; e R\$ 22 Mais-valia realizada antes da incorporação.

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

|                                                        | 2022       | 2021       |
|--------------------------------------------------------|------------|------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>                 | <b>249</b> | <b>249</b> |
| Efeitos reconhecidos no resultado                      | 403        | 403        |
| Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes | 662        | 662        |

**Saldo em 31 de dezembro de 2022**

|                                                        | 2022       | 2021       |
|--------------------------------------------------------|------------|------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>                 | <b>419</b> | <b>419</b> |
| Efeitos reconhecidos no resultado                      | (26)       | (26)       |
| Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes | 10         | 10         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>                 | <b>403</b> | <b>403</b> |

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos os casos, com base em projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, são conforme apresentados a seguir:

|                                  | 2022      | 2021      |
|----------------------------------|-----------|-----------|
| IRPJ                             | 65        | 51        |
| CSLL                             | 25        | 21        |
| <b>Total do ativo circulante</b> | <b>90</b> | <b>72</b> |

**8.1.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a reconhecer, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. A principal natureza está relacionada à inclusão da despesa de perda não técnica nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021). **8.1.5. Benefício fiscal - Goodwill e PMPII:** O benefício fiscal de *Goodwill* incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o agio pago na aquisição de empresa incorporadora pela empresa incorporada. Com o objetivo de evidenciar que a amortização do *Goodwill* representa forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMPII, resultando no registro efetivo de um ativo fiscal diferido referente ao benefício fiscal sobre a amortização fiscal do *Goodwill*, cujos saldos são os seguintes:

|                                        | 2022       | 2021       |
|----------------------------------------|------------|------------|
| <i>Goodwill</i> - incorporado          | 671        | 671        |
| Provisão constituída                   | (443)      | (443)      |
| <b>Benefício fiscal diferido</b>       | <b>228</b> | <b>228</b> |
| Amortização                            | (12)       | (12)       |
| Reversão                               | 224        | 224        |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b> | <b>224</b> | <b>224</b> |

A amortização do agio, líquida da reversão da provisão (baixa do ativo fiscal diferido) e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. O *Goodwill* está sendo amortizado mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme abaixo:

|                | Entre 2023 e 2032 | Entre 2033 e 2037 | Entre 2038 em diante |
|----------------|-------------------|-------------------|----------------------|
| 2023           | 10                | 10                | 50                   |
| 2024           | 10                | 10                | 50                   |
| 2025           | 10                | 10                | 50                   |
| 2026           | 10                | 10                | 50                   |
| 2027           | 10                | 10                | 50                   |
| 2028 e 2032    | 50                | 50                | 50                   |
| 2033 e 2037    | 50                | 50                | 50                   |
| 2038 em diante | 50                | 50                | 50                   |

**8.1.6. Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos quando existir um direito legalmente exigível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impactos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma entidade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administra-

ção, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada em projeções econômicas e financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e agio *Goodwill* incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos somente em tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; ii) cenários macroeconômicos; e iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributo sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incorrido pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **8.2. Outros Tributos:** **8.2.1. Outros tributos a recuperar:**

|                                                                            | 2022      | 2021      |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS                  | 53        | 23        |
| Programa de Integração Social - PIS (nota 8.4)                             | -         | -         |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (nota 8.4) | -         | 32        |
| Outros                                                                     | 2         | 1         |
| <b>Total</b>                                                               | <b>55</b> | <b>63</b> |
| Circulante                                                                 | 19        | 10        |
| Não circulante                                                             | 36        | 53        |

#### 8.2.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

|                                                                 | 2022       | 2021       |
|-----------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS       | 147        | 255        |
| Programa de Integração Social - PIS                             | 1          | 6          |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 16         | 35         |
| Impostos e contribuições retidos na fonte                       | 3          | 5          |
| Outros                                                          | 1          | 3          |
| <b>Outros tributos a recolher</b>                               | <b>174</b> | <b>302</b> |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D                                | 32         | 23         |
| Programa de Eficiência Energética - PEE                         | 42         | 43         |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE                       | 13         | 12         |
| Outros                                                          | 3          | 3          |
| <b>Encargos setoriais</b>                                       | <b>90</b>  | <b>88</b>  |
| <b>Total</b>                                                    | <b>264</b> | <b>387</b> |
| Circulante                                                      | 173        | 228        |
| Não circulante                                                  | 91         | 159        |

**8.3. Ressarcimento a consumidores - Tributos Federais:** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.708-PR, em sede de repercução geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após os 15 de março de 2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga. Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar. Os créditos objeto do referido ativo vêm sendo compensados de acordo com a regulamentação expedida pela RFB referente às obrigações vincendas. Em contrapartida, foi constituído um passivo correspondente, líquido de custos processuais e honorários advocatícios, está sendo repassado aos consumidores através dos eventos tarifários anuais, à medida que as compensações vão sendo realizadas. O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, representando o montante de R\$ 126 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 203 em 31 de dezembro de 2021). Com o advento da Lei nº 14.305/2022, de 27 de junho de 2022, ficou definido que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados as ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários. Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

|                                        | 2022       | 2021       |
|----------------------------------------|------------|------------|
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b> | <b>126</b> | <b>126</b> |
| Atualização monetária                  | -          | (92)       |
| Compensação                            | 13         | 21         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b> | <b>126</b> | <          |







do como reservas de transações com o sócio. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa o método de mensuração de mercado para determinar o valor justo de instrumentos financeiros derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e a análise de impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

## 16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

**16.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações civis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

|                                        | Cíveis       |            |              |            | Total      |
|----------------------------------------|--------------|------------|--------------|------------|------------|
|                                        | Trabalhistas | Fiscais    | Regulatórias |            |            |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b> | <b>(2)</b>   | <b>(3)</b> | <b>(4)</b>   | <b>(4)</b> | <b>111</b> |
| Incorporação reversa                   | -            | 7          | 30           | 49         | 86         |
| Adições e reversões, líquidas          | -            | 8          | -            | (27)       | (20)       |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b> | <b>(16)</b>  | <b>(4)</b> | <b>-</b>     | <b>-</b>   | <b>20</b>  |
| Atualizações monetárias                | 6            | 7          | -            | -          | 14         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b> | <b>37</b>    | <b>55</b>  | <b>30</b>    | <b>69</b>  | <b>191</b> |
| Circulante                             | -            | -          | -            | -          | -          |
| Não circulante                         | -            | -          | -            | -          | -          |

|                                        | Cíveis       |             |              |             | Total      |
|----------------------------------------|--------------|-------------|--------------|-------------|------------|
|                                        | Trabalhistas | Fiscais     | Regulatórias |             |            |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b> | <b>22</b>    | <b>47</b>   | <b>37</b>    | <b>106</b>  | <b>212</b> |
| Adições e reversões, líquidas          | 9            | 3           | 4            | 16          | 30         |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b> | <b>(2)</b>   | <b>(16)</b> | <b>(2)</b>   | <b>(20)</b> | <b>40</b>  |
| Atualizações monetárias                | 28           | 37          | 46           | 111         | 222        |
| Circulante                             | -            | -           | -            | -           | -          |
| Não circulante                         | -            | -           | -            | -           | -          |

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos: (i) **Provisão para processos judiciais:** Do total reconhecido, destaca-se: Ação movida em face da Neoenergia Brasil para requerer aluguéis pela parcela de imóvel vendida e não entregue em sua totalidade, em virtude de não desocupação pela ASCEB. Os valores de aluguéis estão estimados em R\$ 15. ASCEB: Ação com trânsito em julgado com condenação para pagamento de indenização pelas ações e benefícios do imóvel, em valor a ser definido em liquidação por arbitramento. Cumprimento de Sentençaajuizado, processo em fase de liquidação, com valor provisionado em R\$ 9. (2) **Provisões Trabalhistas:** Do total reconhecido, destaca-se: Ação coletivaajuizada por um grupo de 250 empregados em que exigem a extensão de benefícios do ACT dos quais foram excluídos por marco temporal daquele instrumento. O processo se encontra em fase de liquidação, com valor provisionado em R\$ 10. (3) **Provisões Fiscais:** Do total reconhecido, destaca-se: Incorporação da Bahia PCH III, abertura dos ajustes ao valor justo R\$ 31. (4) **Provisões Regulatórias:** Do total reconhecido, destaca-se: Açõesajuizadas pela distribuidora visando a anulação de autos de infração, decorrentes de multas aplicadas pela ANEL, que foram R\$ 19. Incorporação da Bahia PCH III, abertura dos ajustes ao valor justo R\$ 45. (b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

|                            | 2022       | 2021       |
|----------------------------|------------|------------|
| Processos cíveis           | 45         | 20         |
| Processos trabalhistas (2) | 29         | 15         |
| Processos fiscais (3)      | 47         | 25         |
| Outros processos           | 116        | 82         |
| <b>Total</b>               | <b>237</b> | <b>142</b> |

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos: (i) **Processos cíveis:** Referem-se às ações de natureza criminal e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se às ações movidas por empregados por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária). (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnadas de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPME, IPTU, PIS/COFINS, entre outros. As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IGP-M, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações fiscais; (iii) pela variação do IGP-M, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações fiscais. (c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

|                        | 2022      | 2021      |
|------------------------|-----------|-----------|
| Processos cíveis       | 6         | 6         |
| Processos trabalhistas | 6         | 6         |
| Outros Processos       | 20        | 16        |
| <b>Total</b>           | <b>30</b> | <b>28</b> |

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos cíveis, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos. (d) **Política contábil e julgamentos críticos:** (i) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujo valor não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou não ocorrerem. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

## 17. OUTROS PASSIVOS

|                                                                    | 2022      | 2021      |
|--------------------------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Caução em garantia (1)                                             | 6         | 2         |
| Devolução de consumos (2)                                          | 2         | 19        |
| Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP | 3         | 3         |
| Compartilhamento de pessoal                                        | 3         | 3         |
| Outros                                                             | 3         | 4         |
| <b>Total</b>                                                       | <b>17</b> | <b>31</b> |
| Não circulante                                                     | 56        | 87        |
| Circulante                                                         | 3         | 2         |

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA e CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empréstimos das empresas fornecedoras de serviços. (2) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 32.

## 18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego – compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de Pensão – Contribuição Definida”); Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

|                                                         | 2022       | 2021       |
|---------------------------------------------------------|------------|------------|
| Obrigações trabalhistas e PLR                           | 46         | 50         |
| Benefícios de curto prazo – Pós-emprego (nota 18.1 (a)) | 3          | 4          |
| Benefícios de longo prazo – Pós-emprego (nota 18.1 (a)) | 37         | 44         |
| Contribuição Definida – CEBPREV                         | 40         | 40         |
| <b>Total</b>                                            | <b>127</b> | <b>138</b> |

Passivo circulante 55 58  
Passivo não circulante 72 79

**18.1. Benefícios de curto e longo prazo – Pós-emprego:** A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez, bem como em eventos de morte e invalidez de finada, assim constituídos: a) Plano previdenciário FACEB BD e FACEB SALDADO, ambos instituídos na modalidade de Benefício Definido (BD) e fechados para novas adesões; e b) Plano previdenciário denominado CEBPREV, na modalidade de Contribuição Definida (CD), não reconhecido como benefício pós-emprego e por essa razão não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação pós-emprego. Os Planos de Benefícios FACEB BD e SALDADO, são financiados por contribuições de participantes, assistidos e patrocinadora, definidas anualmente pela FACEB, de acordo com o plano de custeio. Atualmente, além das contribuições normais, os Participantes, Assistidos e Patrocinadora efetuam contribuições extraordinárias para equacionamento de déficit, em 2021, o plano BD passou por um processo de saldarmento, no qual ocorreu a integração de participantes e assistidos para os Planos FACEB SALDADO e CEBPREV, ocasionando uma redu-

ção no passivo atuarial do plano. Após saldarmento as dívidas dos contratos de equacionamento relativos a 2016, 2017, 2018 e o Plano BD, de responsabilidade da patrocinadora, foram consolidados em um único contrato de confissão de dívidas (4º equacionamento), atualizados mensalmente pela variação do INPC-IBCE e capitalização mensal de juros à taxa de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo do contrato de equacionamento de dívidas era de R\$ 79 (R\$ 78 em 31 de dezembro de 2021). A gestão dos planos de benefício é realizada pela FACEB – Fundação de Previdência do Empregados da CEB Distribuição S.A., gestor externo à Administração da Companhia, responsáveis pela governança e com obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos aplicáveis. Os Curadores são entidades não vinculadas à Companhia, não sendo responsáveis pela garantia complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

|                                        | 2022       |              |          |             | Condição financeira |
|----------------------------------------|------------|--------------|----------|-------------|---------------------|
|                                        | Ativos     | Assistidos   | Situação |             |                     |
| <b>Planos de benefícios definidos</b>  |            |              |          |             |                     |
| FACEB – Faceb Saldado                  | 9          | 503          | Fechado  | Deficitário |                     |
| FACEB – Plano BD                       | 9          | 225          | Fechado  | Deficitário |                     |
| <b>Total</b>                           | <b>18</b>  | <b>728</b>   |          |             |                     |
| <b>Planos de contribuição definida</b> |            |              |          |             |                     |
| Neos – Plano CD Neos                   | 126        | -            | Aberto   | N/A         |                     |
| FACEB – CEBPREV                        | 588        | 1.083        | Aberto   | N/A         |                     |
| <b>Total</b>                           | <b>714</b> | <b>1.083</b> |          |             |                     |
| <b>Total</b>                           | <b>732</b> | <b>1.811</b> |          |             |                     |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial dos planos, informados abaixo. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 5% a.a., com amortização mensal.

|                                        | 2022      | 2021      | Vencimento |
|----------------------------------------|-----------|-----------|------------|
| <b>Planos de benefícios definidos</b>  |           |           |            |
| Equacionamento PREV FACEB 16           | 1         | 1         | Marco/2036 |
| Equacionamento PREV FACEB 17           | 1         | 1         | Julho/2036 |
| Equacionamento PREV FACEB 18           | 1         | 1         | Novo/2036  |
| Equacionamento PREV FACEB 20           | 4         | 4         | Julho/2038 |
| <b>Total</b>                           | <b>7</b>  | <b>7</b>  |            |
| <b>Planos de contribuição definida</b> |           |           |            |
| Equacionamento CEBPREV 2020            | 39        | 38        | Julho/2038 |
| <b>Planos de benefícios Saldados</b>   |           |           |            |
| Equacionamento FACEB SLD 2020          | 32        | 32        | Julho/2036 |
| <b>Total</b>                           | <b>79</b> | <b>78</b> |            |

### a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

|                                        | Benefício Definido |                        | Benefício Definido |                         |
|----------------------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|-------------------------|
|                                        | Obrigações atuais  | Valor justo dos ativos | Efeito do teto     | Ativo (passivo) líquido |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b> | <b>(156)</b>       | <b>150</b>             | <b>4</b>           | <b>(2)</b>              |
| Custo do serviço                       | (1)                | -                      | -                  | (1)                     |
| Efeitos dos juros                      | (11)               | 12                     | -                  | 1                       |
| Contribuições pagas pelo plano         | 20                 | (20)                   | -                  | -                       |
| Redimensionamento                      | 8                  | (10)                   | -                  | (2)                     |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b> | <b>(141)</b>       | <b>132</b>             | <b>(4)</b>         | <b>(9)</b>              |
| Efeitos dos juros                      | (11)               | 10                     | -                  | (1)                     |
| Contribuições pagas pelo patrocinador  | 16                 | -                      | -                  | 16                      |
| Benefícios pagos pelo plano            | 8                  | (1)                    | (7)                | -                       |
| Redimensionamento                      | (128)              | 126                    | (7)                | (9)                     |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b> | <b>(128)</b>       | <b>126</b>             | <b>(7)</b>         | <b>(9)</b>              |

|                                           | Benefício Saldado |                        | Benefício Saldado |                         |
|-------------------------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|-------------------------|
|                                           | Obrigações atuais | Valor justo dos ativos | Efeito do teto    | Ativo (passivo) líquido |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>    | <b>(383)</b>      | <b>28</b>              | <b>39</b>         | <b>(385)</b>            |
| Efeitos dos juros                         | (28)              | 29                     | -                 | 1                       |
| Contribuições pagas pelo patrocinador     | 26                | (26)                   | -                 | -                       |
| Redimensionamento                         | 28                | (66)                   | -                 | (38)                    |
| Responsabilidade participantes/assistidos | (357)             | 334                    | 10                | (23)                    |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>    | <b>(357)</b>      | <b>334</b>             | <b>10</b>         | <b>(23)</b>             |
| Efeitos dos juros                         | (28)              | 25                     | -                 | (3)                     |
| Contribuições pagas pelo patrocinador     | 27                | (28)                   | -                 | (1)                     |
| Benefícios pagos pelo plano               | 34                | (10)                   | (32)              | (8)                     |
| Redimensionamento                         | (324)             | 324                    | (32)              | (32)                    |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>    | <b>(324)</b>      | <b>324</b>             | <b>(32)</b>       | <b>(32)</b>             |

### b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:

|                                 | Benefício Definido | 2022       | Benefício Definido | 2021     |
|---------------------------------|--------------------|------------|--------------------|----------|
| Custo do serviço                | (1)                | (28)       | (39)               | 1        |
| Despesa com juros de obrigações | (1)                | 29         | -                  | -        |
| Receita com juros de ativos     | (1)                | 25         | 35                 | -        |
| <b>Total</b>                    | <b>(1)</b>         | <b>(3)</b> | <b>(4)</b>         | <b>-</b> |

### c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

|                                                           | Benefício Definido | 2022        | Benefício Definido | 2021        |
|-----------------------------------------------------------|--------------------|-------------|--------------------|-------------|
| <b>Saldo no início do exercício</b>                       | <b>(21)</b>        | <b>(19)</b> | <b>(40)</b>        | <b>(16)</b> |
| Redimensionamento:                                        |                    |             |                    |             |
| Mudanças nas premissas                                    | 8                  | 34          | 42                 | 8           |
| Efeito do teto de ativos/passivos oneroso                 | (7)                | (32)        | (39)               | 8           |
| Retorno sobre ativos do plano (excluído receita de juros) | (1)                | (10)        | (11)               | (10)        |
| Mudança de teto de ativo                                  | 9                  | -           | (4)                | -           |
| Outros efeitos                                            | 9                  | -           | 18                 | (1)         |
| Efeito bruto                                              | 9                  | -           | 18                 | (1)         |
| Tributos sobre o lucro                                    | (6)                | 1           | 7                  | (2)         |
| <b>Efeito líquido em outros resultados abrangentes</b>    | <b>(3)</b>         | <b>1</b>    | <b>(3)</b>         | <b>(5)</b>  |
| <b>Total</b>                                              | <b>(15)</b>        | <b>(18)</b> | <b>(33)</b>        | <b>(21)</b> |

### d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

|                                           | Benefício Definido |            | Benefício Saldado |             |
|-------------------------------------------|--------------------|------------|-------------------|-------------|
|                                           | 2022               | 2021       | 2022              | 2021        |
| Valor presente das obrigações atuariais   | (128)              | (141)      | (324)             | (357)       |
| Valor justo dos ativos                    | 126                | 132        | 324               | 334         |
| Efeito do teto de ativos/passivos oneroso | (7)                | -          | (32)              | (23)        |
| <b>Subtotal ativo (passivo) líquido</b>   | <b>(9)</b>         | <b>(9)</b> | <b>(32)</b>       | <b>(23)</b> |
| Complemento do passivo oneroso            | -                  | -          | -                 | -           |
| <b>Total ativo (passivo) líquido</b>      | <b>(9)</b>         | <b>(9)</b> | <b>(32)</b>       | <b>(23)</b> |
| Passivo circulante                        | (1)                | -          | (3)               | (4)         |
| Passivo não circulante                    | (8)                | (9)        | (29)              | (28)        |

**e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria:**

|                                        | Benefício Definido              |                                     |             |                                 | Benefício Saldado                   |             |                                 |                                     |
|----------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|-------------|---------------------------------|-------------------------------------|-------------|---------------------------------|-------------------------------------|
|                                        | Preços cotados no mercado ativo | Preços não cotados no mercado ativo | Valor justo | Preços cotados no mercado ativo | Preços não cotados no mercado ativo | Valor justo | Preços cotados no mercado ativo | Preços não cotados no mercado ativo |
| <b>Investimento direto:</b>            |                                 |                                     |             |                                 |                                     |             |                                 |                                     |
| Título de dívida - Governos            | -                               | 94                                  | 94          | -                               | 84                                  | 84          | -                               | -                                   |
| Fundo de investimento imobiliários     | -                               | 1                                   | 1           | -                               | 1                                   | 1           | -                               | -                                   |
| Outros                                 | -                               | 7                                   | 7           | -                               | 5                                   | 5           | -                               | -                                   |
| <b>Investimento através de fundos:</b> |                                 |                                     |             |                                 |                                     |             |                                 |                                     |
| Fundo de investimento - Ações/Quotas   | 3                               | -                                   | 3           | 9                               | -                                   | 9           | -                               | -                                   |
| Fundo de investimento - Multimercado   | 1                               | -                                   | 1           | 1                               | -                                   | 1           | -                               | -                                   |
| Fundo de investimento - Renda fixa     | 20                              | -                                   | 20          | 32                              | -                                   | 32          | -                               | -                                   |
| <b>Total</b>                           | <b>24</b>                       | <b>102</b>                          | <b>126</b>  | <b>42</b>                       | <b>90</b>                           | <b>132</b>  | <b>90</b>                       | <b>132</b>                          |

|                                        | Benefício Saldado               |                                     |             |                                 | Benefício Saldado                   |             |                                 |                                     |
|----------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|-------------|---------------------------------|-------------------------------------|-------------|---------------------------------|-------------------------------------|
|                                        | Preços cotados no mercado ativo | Preços não cotados no mercado ativo | Valor justo | Preços cotados no mercado ativo | Preços não cotados no mercado ativo | Valor justo | Preços cotados no mercado ativo | Preços não cotados no mercado ativo |
| <b>Investimento direto:</b>            |                                 |                                     |             |                                 |                                     |             |                                 |                                     |
| Título de dívida - Corporativo         | -                               | 5                                   | 5           | -                               | 5                                   | 5           | -                               | -                                   |
| Título de dívida - Governos            | -                               | 219                                 | 219         | -                               | 200                                 | 200         | -                               | -                                   |
| Fundo de investimento imobiliários     | -                               | 2                                   | 2           | -                               | 2                                   | 2           | -                               | -                                   |
| Outros                                 | -                               | 34                                  | 34          | -                               | 32                                  | 32          | -                               | -                                   |
| <b>Investimento através de fundos:</b> |                                 |                                     |             |                                 |                                     |             |                                 |                                     |
| Fundo de investimento - Ações/Quotas   | 11                              | -                                   | 11          | 25                              | -                                   | 25          | -                               | -                                   |
| Fundo de investimento - Multimercado   | 5                               | -                                   | 5           | 4                               | -                                   | 4           | -                               | -                                   |
| Fundo de investimento - Renda fixa     | 48                              | -                                   | 48          | 66                              | -                                   | 66          | -                               | -                                   |
| <b>Total</b>                           | <b>64</b>                       | <b>260</b>                          | <b>324</b>  | <b>95</b>                       | <b>239</b>                          | <b>334</b>  | <b>239</b>                      | <b>334</b>                          |

(ii) **Efeito de pagamentos futuros:** As expectativas de pagamentos de benefícios que expectem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

|                    | 2022      |            | Benefício Saldado |            |
|--------------------|-----------|------------|-------------------|------------|
| Benefício Definido | 2022      | 2021       | 2022              | 2021       |
| 2023               | 10        | 29         | 10                | 29         |
| 2024               | 10        | 28         | 10                | 28         |
| 2025               | 10        | 28         | 10                | 28         |
| 2026               | 10        | 28         | 10                | 28         |
| 2027               | 10        | 27         | 10                | 27         |
| 2028 e 2032        | 120       | 120        | 120               | 120        |
| <b>Total</b>       | <b>97</b> | <b>270</b> | <b>97</b>         | <b>270</b> |

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 1 e R\$ 3 para os Planos de Benefício Definido e Saldado, respectivamente, no exercício de 2023. (iii) **Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

|                                                   | Benefício Definido |        | Benefício Saldado |        | Benefício Saldado |      |
|---------------------------------------------------|--------------------|--------|-------------------|--------|-------------------|------|
|                                                   | 2022               | 2021   | 2022              | 2021   | 2022              | 2021 |
| <b>Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%</b> |                    |        |                   |        |                   |      |
| Valor presente da obrigação atuarial              | 135                | 339    | 149               | 375    |                   |      |
| Impacto % no valor presente da obrigação atuarial | 5,00%              | 4,47%  | 5,69%             | 5,12%  |                   |      |
| Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial  | 10,56              | 9,60   | 11,88             | 10,72  |                   |      |
| <b>Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%</b> |                    |        |                   |        |                   |      |
| Valor presente da obrigação atuarial              | 122                | 311    | 133               | 340    |                   |      |
| Impacto % no valor presente da obrigação atuarial | -4,59%             | -4,14% | -5,18%            | -4,69% |                   |      |
| Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial  | 9,89               | 8,91   | 11,08             | 10,02  |                   |      |

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. No entanto, os prazos lá podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

|                                                     | definido | saldado | definido | saldado |
|-----------------------------------------------------|----------|---------|----------|---------|
| Taxa média nominal de desconto                      | 9,60%    | 9,60%   | 8,42%    | 8,26%   |
| Taxa média nominal de crescimento do custo salarial | 3,25%    | 3,25%   | 3,00%    | N/A     |
| Taxa real de inflação dos custos médicos            | N/A      | N/A     | N/A      | 0,00%   |
| Taxa média de inflação estimada no longo prazo      | 3,25%    | 3,25%   | 3,00%    | 3,00%   |
| Duration (em anos)                                  | 10,30    | 9,27    | 11,47    | 10,36   |









CNPJ nº 07.522.669/0001-92 | Companhia de Capital Fechado

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Distribuição Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo a mensuração da receita não faturada, bem como o uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar essas receitas. Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica incluem, dentre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (c) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão da movimentação mensal das receitas de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (e) avaliação e desafio se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita não faturada de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente adequados; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles internos relacionados a determinados controles de tecnologia da informação e deficiência relacionada ao processo de reconhecimento da receita que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão e natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas parcialmente pela Companhia dentro do exercício. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas inter-

nacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023

**Deloitte.**  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Paulo Ferreira Silveira  
Contador  
CRC nº 1 BA 028799/O-3

